



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PROJETO COMEÇAR DE NOVO

II ENCONTRO ESTADUAL DE EXECUÇÃO PENAL DO PARÁ: *POR UMA INTEGRAÇÃO SOCIAL EFETIVA*

RELATÓRIO



Somente uma sociedade que aprende a tratar com respeito e dignidade aqueles que considera os piores, poderá um dia respeitar integralmente a todos os seus cidadãos.

(Antônio Carlos Gomes da Costa)

B ELÉM-PARÁ

ANO 2013

O II Encontro Estadual de Execução Penal do Pará: Por Uma Integração Social Efetiva foi realizado nos dias 13 e 14 de dezembro de 2012, nas dependências dos Fóruns Cível e Criminal do TJEPA, com objetivo de: promover a articulação entre instituições governamentais e não governamentais do Estado do Pará, a fim de criar uma rede de intercâmbio, atendimento e prestação de serviços que favoreçam a promoção da cidadania e a reintegração social de presos, egressos, internados por medida de segurança e cumpridores de penas e medidas alternativas.

O referido Encontro foi organizado e coordenado pelo **Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Pará-GMF do Projeto Começar de Novo**, criado por determinação do Conselho Nacional de Justiça (resolução nº 96/2009-CNJ), através da portaria nº 2702/2009-GP, o qual tem como um de seus objetivos: promover ações de reinserção social de presos, egressos do sistema carcerário e de cumpridores de medidas e penas alternativas.

Durante o evento, foi registrada a participação de 143 inscritos, entre representantes de instituições governamentais e não governamentais que atuam na execução penal no Estado do Pará, sendo estes: Juízes, Técnicos e Estagiários do TJPB das Comarcas de Belém, Ananindeua, Abaetetuba, Paragominas, Castanhal, Santarém, Igarapé-Miri, Capanema, Marabá, Marapanim, Redenção e Mocajuba; Promotores de Justiça e estagiários do MP; Defensores Públicos; Advogados representantes da OAB; Conselho da Comunidade; Diretores das Casas Penais, Técnicos e estagiários da Susipe; Diretores da Fábrica Esperança; representantes da Secretaria Estadual de Saúde e da Secretaria Estadual de Educação; Representante do SEBRAE; Pastoral Carcerária; Escola de Teatro da UFPA; e Escola Casa da Criança.

Para contribuir com os debates dos temas pautados, contamos com a contribuição de vários convidados que participaram como palestrantes: entre os quais destacamos: Dr. Luciano Losekann, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ; Gisele Pereira Peres, do Ministério da

Justiça-DEPEN; Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior, Juiz Titular da 1ª VEP de Curitiba-PR; Desembargadora Maria de Nazaré Gouveia do JJP.

A organização da programação se deu a partir dos seguintes objetivos específicos:

- Discutir estratégias para a atenção à saúde mental dos pacientes judiciários internados por medida de segurança no HCTP e custodiados em unidades prisionais comuns;
- Discutir a criação da rede integrada de atenção à mulher encarcerada;
- Definir ações estratégicas para a capacitação e qualificação profissional dos presos, egressos e cumpridores de penas e medidas alternativas;
- Discutir a política de execução de penas e medidas alternativas, enquanto uma importante estratégia no enfrentamento à superlotação carcerária.

Quanto à metodologia dos trabalhos, o Encontro teve caráter informativo, avaliativo e propositivo e foi desenvolvido através de palestras, discussões em plenário, relato de experiências de apenados e grupos de trabalho: **GT1**-Execução da Medida de Segurança; **GT2**-Educação, Capacitação Profissional e Trabalho; **GT3**- Aplicação de Penas e Medidas Alternativas; **GT4**- Políticas de Atenção Integral a Mulher Encarcerada

Todos os participantes tiveram igual direito à voz e à apresentação de propostas nos grupos e plenárias. Houve o comprometimento de todos os participantes em divulgar e encaminhar, no âmbito de suas respectivas instituições, as proposições elaboradas pelo referido evento.

SÍNTESE DAS PROPOSTAS DOS GTS DO “II ENCONTRO ESTADUAL DE EXECUÇÃO PENAL DO PARÁ: POR UMA INTEGRAÇÃO SOCIAL EFETIVA”

GT 1: MEDIDA DE SEGURANÇA

- FIRMAR TERMO DE COMPROMISSO ENTRE PODER JUDICIÁRIO E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARÁ, PARA DEFINIR A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DEVIDA AS PESSOAS ADESINTERNADAS.

- CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO PARA ATENDER AS PESSOAS COM DOENÇAS MENTAIS QUE RECEBERAM MEDIDA DE SEGURANÇA, DIFERENCIADO DOS QUE ESTÃO EM SURTO, EM RAZÃO DO USO EXCESSIVO DE DROGAS, QUE SÃO CONSIDERADAS SITUAÇÕES REVERSÍVEIS.

- EVITAR A INTERNAÇÃO DESNECESSÁRIA DE DOENTES MENTAIS NO HCTP. HAVENDO SUSPEITA, A AUTORIDADE POLICIAL DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO COM OS FAMILIARES E COM EQUIPES DA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA SAÚDE, PARA QUE SEJA FEITA AVALIAÇÃO E SE GARANTA O CUIDADO DE SAÚDE NECESSÁRIO.

- QUE OS JUÍZES DE CONHECIMENTO TENHAM UMA EQUIPE DE ASSESSORAMENTO COMPOSTA POR PSICÓLOGOS E ASSISTENTES SOCIAIS, QUE POSSA SER CONSULTADA PARA EMITIR PARECERES ANTES DE SER INSTAURADO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL.

- AS AVALIAÇÕES, NO CASO DE DÚVIDA QUANTO À INSANIDADE MENTAL E/OU CESSAÇÃO DE PERICULOSIDADE, DEVEM SER ELABORADAS POR EQUIPES MULTIDISCIPLINARES E NÃO APENAS POR PSIQUIATRAS. ALÉM DISSO, A GRAVIDADE EM TESE DOS

DELITOS NÃO DEVE DETERMINAR NECESSARIAMENTE A MEDIDA DE INTERNAÇÃO.

- EFETIVAR CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS AGENTES PENITENCIÁRIOS QUE CONVIVEM COM OS INTERNADOS.
- CAPACITAÇÃO SOBRE A LEI 10.216/2001, PARA JUÍZES E DEMAIS OPERADORES DE DIREITO.
- DEFINIÇÃO DA RESPONSABILIDADE PELO TRATAMENTO DO PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL EM MEDIDA DE SEGURANÇA DE INTERNAÇÃO.
- MAPEAR A REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE PARA QUE OS DESINTERNADOS POSSAM RECEBER O ACOMPANHAMENTO SOCIAL E TRATAMENTO AMBULATORIAL PRÓXIMO AO SEU DOMICÍLIO.
- CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, EM ATÉ 60 DIAS, E POSTERIORMENTE REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA MÉDICOS PSQUIATRAS.

GT2: EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO

- MELHORAR A ARTICULAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS E ENTIDADES ENVOLVIDOS NA PROBLEMÁTICA E INTENSIFICAR O MONITORAMENTO DAS AÇÕES EM ANDAMENTO EM OUTRAS COMARCAS;
- CRIAÇÃO DE UMA CENTRAL ÚNICA DE CADASTRAMENTO DAS VAGAS DISPONÍVEIS EM TODO O ESTADO PARA INSERÇÃO DOS

EGRESSOS (PORTAL DE OPORTUNIDADES DO COMEÇAR DE NOVO);

- ACOMPANHAR A APROVAÇÃO DE LEI ESTADUAL DE INCENTIVO A CONTRATAÇÃO DE PRESOS E EGRESSOS E DEMANDAR DAS CÂMARAS DE VEREADORES A APROVAÇÃO DAS LEIS MUNICIPAIS;
- DESENVOLVER CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE (AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, MÍDIAS), BUSCANDO AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS DE TRABALHO;
- AMPLIAR PARCERIAS COM O **SISTEMA S** (SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE, SENAR) OU OUTRAS ENTIDADES, ATRAVÉS DE CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, PARA PROMOVER CURSOS DE CAPACITAÇÃO PARA PRESOS DE TODOS OS REGIMES E EGRESSOS;
- EXIGIR O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO QUE SE REFERE À UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO DAS PESSOAS PRESAS À EDUCAÇÃO BÁSICA;
- CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE PRISIONAL PILOTO COM TODA ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA POSSIBILITAR A EDUCAÇÃO E O TRABALHO DOS PRESOS, GARANTINDO-LHES A SEGURANÇA PARA QUE NÃO SEJAM AMEAÇADOS DE MORTE PELOS OUTROS PRESOS (“BRINDES”);
- GARANTIR A INSTALAÇÃO DE BIBLIOTECAS OU ESTANTES DE LIVROS EM TODAS AS UNIDADES PRISIONAIS, ATRAVÉS DE CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS E CAMPANHAS PARA DOAÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS (TROTE DAS UNIVERSIDADES E FACULDADES);

- ADOPTAR A REMIÇÃO DE PENA POR LEITURA;
- PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA ESCOLA DA CASA PENAL COM A ESCOLA REGULAR PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DOS ESTUDOS DOS LIBERADOS;
- FAZER LEVANTAMENTO DAS APTIDÕES DOS PRESOS PARA OFERECIMENTO DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO;
- DIRECIONAR OS CURSOS DE CAPACITAÇÃO DE ACORDO COM AS NECESSIDADES LOCAIS DO MERCADO DE TRABALHO;
- AVALIAR, NO INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA, A SITUAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E ESCOLARIDADE COM VISTAS À SUA COLOCAÇÃO EM ATIVIDADE EDUCACIONAL E LABORAL;
- IMPLEMENTAR MEDIDAS PARA GARANTIR A CONTINUAÇÃO DE ESTUDOS OU CAPACITAÇÕES NOS CASOS DE MUDANÇA DE REGIME DE PENA;
- PROMOVER MAIOR DIVULGAÇÃO NA MÍDIA DAS AÇÕES DE REINserÇÃO SOCIAL DESENVOLVIDAS;
- IMPLEMENTAR MEDIDAS JUDICIAIS PARA DIMINUIR O TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS PRESOS NAS CENTRAIS DE TRIAGENS POR ESTAS POSSUÍREM POUCA ESTRUTURA;
- INCLUIR NA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL A PROVIDÊNCIA DO REGISTRO CIVIL DOS PRESOS.
-

GT3– GRUPO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

- ESTRUTURAÇÃO DOS NÚCLEOS DE PENAS ALTERNATIVAS E DAS VARAS E JUÍZOS (CUMPRIR RESOLUÇÃO 024/2007 DO PLENO DO TJE);
- DOTAR TODAS AS COMARCAS DO INTERIOR COM PELO MENOS 01 (UM) PROFISSIONAL DA ÁREA PSICOSSOCIAL;
- PADRONIZAR OS CONVÊNIOS E TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O TRIBUNAL E OS SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS;
- FORMAR UM BANCO DE DADOS COM A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO AGENTE CUMPRIDOR;
- CRIAÇÃO DE UM SETOR NAS COMARCAS DE VARA ÚNICA E NA VARA OU JUÍZO DE EXECUÇÃO PENAL DAS COMARCAS DO INTERIOR, PARA FISCALIZAR CUMPRIMENTOS DE PENAS E MEDIDAS EM MEIO ABERTOS;
- ESTUDAR A POSSIBILIDADE DE FORMAR NÚCLEOS RESTAURATIVOS COM INTERSEÇÃO COM A POLÍTICA DE PENAS ALTERNATIVAS;
- CRIAÇÃO DO CARGO DE AGENTE DE FISCALIZAÇÃO.
- ESTABELECEER CONVÊNIOS ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA E PREFEITURAS MUNICIPAIS;
- CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE SOCIAL - COM VISITAS INSTITUCIONAIS PERIÓDICAS E REUNIÃO COM AS ENTIDADES, PRINCIPALMENTE NO QUE SE REFERE À LIMITAÇÃO DO FINAL DE

SEMANA E INSTITUIÇÕES PARA RECEBIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA O SÁBADO E DOMINGO;

- ENCONTROS MENSIS COM OS CUMPRIDORES DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS, HUMANIZANDO E SIGNIFICANDO O CUMPRIMENTO DAS MODALIDADES, TENDO EM VISTA ALCANÇAR O OBJETIVO FINAL DA RESSOCIALIZAÇÃO E NÃO REINCIDÊNCIA;
- FORTALECIMENTO DA PARCERIA DAS VARAS E NÚCLEOS DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS COM O PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO.

GT 04: POLITICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL A MULHER ENCARCERADA

- COBRAR O ENVIO DA GUIA DE RECOLHIMENTO PELOS JUIZES DE CONHECIMENTO PARA QUE POSSAM SER GARANTIDOS OS DIREITOS DENTRO DA EXECUÇÃO;
- AS PRESAS PROVISÓRIAS, COM SETE MESES DE GESTAÇÃO OU COM GRAVIDEZ DE RISCO, SERÃO POSTAS EM PRISÃO DOMICILIAR SEGUINDO ART. 318 DO CPB e 117 LEP;
- DISCUTIR A POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR ÀS CONDENADAS A PARTIR DO 7º MÊS DE GESTAÇÃO ATÉ O 6º MÊS DE AMAMENTAÇÃO, PODENDO SER PRORROGADA POR MAIS SEIS MESES;
- GARANTIR O PRÉ-NATAL A TODAS ENCARCERADAS QUE ESTEJAM GRÁVIDAS, IMPLANTANDO A REDE CEGONHA;
- COBRAR DA SUPERINTENDENCIA UM ESPAÇO PRÓPRIO PARA ACOLHIMENTO DE MÃES;

- INTERIORIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO À MULHER ENCARCERADA;
- CONSTRUÇÃO IMEDIATA DE UNIDADES PENAIS FEMININAS EM REDENÇÃO, ALTAMIRA E BREVES;
- ESTABELECEER A INTEGRAÇÃO ENTRE AS VARAS DE EXECUÇÃO E VARAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, PARA DISCUTIR E PROPOR AÇÕES VOLTADAS À PROBLEMÁTICA DAS MULHERES ENCARCERADAS QUE POSSUEM FILHOS MENORES DE IDADE;
- PROPOR CONVÊNIO ENTRE SESPA E SUSIPE QUE GARANTA O ATENDIMENTO À SAÚDE DA MULHER (PREVENTIVO, TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE DST'S. e outros);
- GARANTIA DE ESPAÇO EXCLUSIVO PARA VISITA ÍNTIMA NOS PRESÍDIOS FEMININOS.
- REFORMA URGENTE DA CELA DE ISOLAMENTO DO Centro de Recuperação Feminino-CRF.

ANEXOS

**PROGRAMAÇÃO DO II ENCONTRO ESTADUAL DE
EXECUÇÃO PENAL: POR UMA INTEGRAÇÃO SOCIAL
EFETIVA**

DATA	HORA	ATIVIDADES
13/12/2012	08h00min	Credenciamento
	08h30min	Mesa de Abertura (Apresentação do Coral do CRF)
	09h00min	Conferência Magna: Os Desafios da Integração Social de Presos e Egressos do Sistema Prisional Brasileiro.
		Expositor: Dr. Luciano Losekann- Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ
		Coordenador da Mesa: Dr. Claudio Henrique L.
	10h00min	Rendeiro- Juiz Coordenador Estadual do
	10h30min	GMF/Projeto Começar de Novo
		Coffe Break
		Painel: A Realidade Carcerária no Pará
		Expositor: Cel. André Luiz de Almeida e Cunha-Superintendente do Sistema Penitenciário do Pará. Debatedores: Dr. Eduardo Imbiriba de Castro-OAB e Dr. Wilson Brandão- Ministério Público
	Coordenador da Mesa: - Dra. Shérica Keila Pacheco- Juíza da 3ª Vara Penal de Paragominas	
	11h30min	
	12h00min	Interação com a Platéia
	14h00min	Intervalo p/ Almoço
		Painel: A Execução da Medida de Segurança: Novas Possibilidades a Partir da Política Antimanicomial
		Expositor: Eduardo Lino Bueno Fagundes Júnior- Juiz Titular da 1ª VEP de Curitiba-Pr
		Debatedores: Dra. Eliana Vasconcelos-Defensora

	<p>15h00min</p> <p>15h30min</p> <p>16h15min</p> <p>16h30min</p> <p>17h30min</p>	<p>Pública e Márcia Portugal-Diretora do HCTP</p> <p>Coordenador da Mesa: Psicólogo Luiz Romano-Assessor Técnico do SEFIS da 1ª VEP da Capital</p> <p>Interação com a Platéia</p> <p>Painel: A Experiência do Projeto Começar de Novo no Pará-</p> <p>Expositor: Claudio Henrique Lopes Rendeiro- Juiz titular da 1ª VEP da Capital e Coordenador do GMF/Projeto Começar de Novo</p> <p>Debatedores: Reeducandos Incluídos no Projeto</p> <p>Coordenadora da Mesa: Pedagoga Silvia Nádia L. Machado- Assessora Técnica do Projeto começar de Novo</p> <p>Intervalo p/ Lanche</p> <p>Painel: Os Desafios na Aplicação de Penas e Medidas Alternativas</p> <p>Expositora: Desembargadora Maria de Nazaré Gouveia- Corregedora das Comarcas do Interior-TJEPA</p> <p>Debatedores: Dra. Andréia Miralha-Juiza Titular da VEPMA e Representante das Instituições Parceiras</p> <p>Coordenador da Mesa: Dr. João Augusto Oliveira Júnior- Juiz Titular da 2ª VEP da Capital.</p> <p>Encerramento dos Trabalhos</p>
14/12/2012	<p>08:00</p> <p>08:30</p> <p>09:30</p> <p>10:30 11:00</p>	<p>Abertura dos Trabalhos (Apresentação do Grupo de Teatro do CRF)</p> <p>Painel: Políticas de Atenção Integral à Mulher Encarcerada</p> <p>Expositora: Valdirene Daufembach- Ministério da Justiça-DEPEN</p> <p>Coordenador da Mesa: Dr. Deomar Alexandre</p>

	12:00	Barroso- Juiz da 3ª Vara Criminal de Abaetetuba
	14:00	Reunião dos Grupos de Trabalho
	15:30	Intervalo p/ Lanche
	16:00	Continuidade dos GTS
	17:00	Intervalo p/ Almoço
		Apresentação e debate das propostas dos GTS em plenária
		Intervalo p/Lanche
		Continuidade da Plenária
		Encerramento do Encontro



Mesa de Abertura do II Encontro Estadual de Execução Penal-Fórum Cível

Trabalho dos GTS- Fórum Criminal



Reunião Plenária no 2º dia do Encontro de Execução- Fórum Criminal



Apresentação do Grupo de Teatro do CRF na programação Cultural no 2º dia do Evento



Apresentação do Coral do CRF na Abertura do II Encontro de Execução